

HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA  
NO BRASIL EM CINCO GRAMÁTICAS DO SÉCULO XIX

HISTORY OF PORTUGUESE LANGUAGE AND LINGUISTIC  
HISTORIOGRAPHY IN BRAZIL REGARDING FIVE  
19TH CENTURY GRAMMARS

Olga Ferreira Coelho

Universidade de São Paulo

olgafc@usp.br

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna

Universidade de São Paulo

smdanna@hotmail.com

RESUMO:

Neste artigo, avaliamos como cinco gramáticas brasileiras – Ribeiro (1881), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1889[1887]), Carneiro Ribeiro (1890) e Maciel (1902[1894]) – publicadas na segunda metade do século XIX, descrevem o português do Brasil. Nossa análise aponta que, além de relevantes para a Historiografia Linguística, esses materiais constituem fontes essenciais para o estudo da História da Língua Portuguesa no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística, português brasileiro, gramaticografia brasileira, século XIX.

ABSTRACT: In this article, we evaluate how five Brazilian grammars – Ribeiro (1881), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1889[1887]), Carneiro Ribeiro (1890) and Maciel (1902[1894]) – published in the second half of the nineteenth century have described Brazilian Portuguese. Our analysis has showed that these grammars are relevant not only to the study of Brazilian Linguistic Historiography; they are also essential sources to studies on the History of Portuguese language in Brazil.

KEYWORDS: Linguistic Historiography, Brazilian Portuguese, Brazilian Grammaticography, 19th Century.

## Introdução

Nos últimos dez anos, tem nos interessado a reconstrução do processo de formação de uma ‘escola’ brasileira de tratamento gramatical do Português, a partir do século XIX. Procuramos chegar a um feixe de características estruturantes do pensamento gramatical brasileiro em seu período de formação, e, desse modo, contribuir para a identificação de seus traços de maior durabilidade histórica, seja quando pensamos na gramática do português, seja quando pensamos no conjunto de estudos sobre a língua portuguesa desenvolvidos no Brasil a partir daquele período. Como sabemos, a língua portuguesa tem sido, ao longo do tempo, o objeto preferencial de análise daqueles que se dedicam aos estudos linguísticos no país (cf. ALTMAN, 2004; ALTMAN et al., 1995; COELHO, 1998; entre outros); desse modo, os estudos voltados para a sua análise condensam muitos dos movimentos que se podem tomar como gerais quando consideramos a pesquisa linguística brasileira.

Assumindo essas hipóteses, temos lidado, no âmbito de dois macroprojetos<sup>1</sup>, com trabalhos gramaticais publicados nos anos 1800<sup>2</sup>, bem como com documentos e revisões históricas que têm permitido reconstruir aspectos dos contextos de produção e circulação dessas obras. As metas desses dois projetos de dimensões mais amplas animam e contextualizam este artigo, cuja proposta fundamental é avaliar o interesse que cinco gramáticas publicadas na segunda metade do século XIX no Brasil podem ter como *fontes* tanto para a reconstrução da história dos estudos linguísticos, quanto para a reconstrução da história da língua portuguesa.

Em trabalho anteriormente publicado (COELHO; DANNA & POLACHINI, 2014), procuramos reconstruir os modos como um conjunto de dez gramáticas brasileiros, ao longo de todo o século XIX, descreveu processos que posteriormente vieram a ser compreendidos como inovações ocorridas no Português, no Brasil. Investigamos como essa gramaticografia emergente,

---

<sup>1</sup> ALTMAN & COELHO (Coord.), 2006-2010; COELHO (Coord.), 2010-2014.

<sup>2</sup> Estamos nos referindo a trabalhos portugueses e brasileiros que teriam, por um lado, integrado o conjunto de referências da gramaticografia brasileira que se organiza a partir do século XIX, ou, por outro lado, integrado essa gramaticografia. São eles: OLIVEIRA, 1536; BARROS, 1540; LOBATO, 1770; BACELAR, 1783; MORAES SILVA, 1806; COUTO E MELO, 1818; SOARES BARBOSA, 1822; CONSTÂNCIO, 1831; FREIRE, 1842; OLIVEIRA, 1862; CALDAS AULETE, 1864; SOTERO DOS REIS, 1866; FREIRE DA SILVA, 1875; BRAGA, 1876; CARNEIRO RIBEIRO 1877; ALMEIDA NOGUEIRA, 1881; RIBEIRO, 1881; GRIVET, 1881[1876]; LAGE, 1882; MACIEL, 1887; RIBEIRO, 1889[1887]; GOMES, 1887; CARNEIRO RIBEIRO, 1890; COELHO, 1891; MAIA, 1899; BOSCOLI, 1899; SAID ALI, 1919 [1887, 1888, 1894, 1895, 1908].

brasileira, lidou com novos dados, isto é, com dados nem sempre percebidos, registrados ou comentados pela ‘tradição’ na qual aqueles textos gramaticais se inseriam. Notamos, naquela incursão específica por dez trabalhos, publicados entre 1806 e 1919, que houve, por exemplo, em relação ao nível sintático, registro: da divergência em relação à colocação pronominal no português do Brasil (PB) e no português europeu (PE); de um processo de estabilização da forma *você* como pronome pessoal na maior parte do Brasil; da ocorrência, na linguagem popular e familiar brasileira, de construções como *vi ele, para mim ler*; do emprego preferencial de *ter* em lugar de *haver* nas construções existenciais, e da flexão desses dois verbos nas mesmas construções; do uso de *a gente* em orações com sujeito indeterminado e até do uso do que mais tarde conheceríamos pelo nome de ‘relativas copiadoras’ (a pessoa *que* eu falei *com ella*), entre outros. Também fenômenos de outros níveis de articulação (fonético-fonológico, morfológico, lexical) foram explorados naqueles textos destinados à instrução linguística escolar. Os gramáticos, assim, mostraram habilidade de identificação de fatos relevantes nos usos linguísticos não-padrão da sua época e, em muitos casos, os caracterizaram como fenômenos típicos do PB, que o modificavam em relação a suas origens.

Neste novo exame de documentos gramaticais da época, optamos por privilegiar os trabalhos produzidos a partir de 1881, quando se inaugura a fase denominada ‘científica’<sup>3</sup> da gramaticografia no Brasil. Os trabalhos produzidos nessa fase foram os que se mostraram mais atentos a especificidades do PB (cf. POLACHINI, 2012; COELHO, DANNA & POLACHINI, 2014). Supomos que essa maior atenção dada pela gramática ‘científica’ brasileira à variedade local do português pode estar relacionada a fatores de natureza diversa, como os seguintes:

1. do ponto de vista interno, por exemplo, é razoável supor que, ao inspirar-se em certos pressupostos da orientação histórico-comparativa europeia, em evidência naquele período, os gramáticos passassem a dar mais importância à apresentação de dados; o teor empirista dos modelos que, em diferentes níveis de aprofundamento, os inspiravam, impunha atenção para a taxionomia e estruturação das formas e incluía a comparação de dados entre línguas, sobretudo as aparentadas entre si;

---

<sup>3</sup> A chamada fase ‘científica’ dos estudos linguísticos no Brasil está marcada por textos que pretendiam analisar ‘fatos’ da língua, sem perder de vista questões históricas que os permeariam. As produções da fase ‘científica’ contrapõem-se àquelas da chamada fase ‘filosófica’, marcadas por maior apreço às considerações especulativas ou explicações posteriormente consideradas metafísicas para fenômenos linguísticos.

2. os mesmos pressupostos gerais, ao menos no nível ‘retórico’ (cf. MURRAY, 1994), os levam a assumir que as línguas estão em um constante e natural processo de mudança, operado pelas classes populares, que as aprenderiam mal (nos diversificados contatos propiciados pela formação da jovem nação) ou que preservariam alguns de seus traços mais antigos (sobretudo em ambientes rurais e isolados), já alterados e depurados na linguagem dos mais ilustrados. O PE, sob novas influências ‘naturais’ ou ‘livres’ (isto é, as influências étnicas, geográficas, climáticas, sociais), teria se alterado, um pouco, no Brasil, principalmente entre as populações menos atingidas pela reação que a escola, a literatura, a gramática poderiam oferecer ao andamento ‘espontâneo’ da mudança linguística. Da mesma forma que houve certas alterações gramaticais, o PB teria adquirido grande número de vocábulos provindos de línguas indígenas e africanas;
  
3. do ponto de vista externo, por exemplo, os esforços na direção da organização de um sistema de educação no país (no caso do ensino de língua, visando justamente à difusão de formas mais ilustradas e menos naturais de falar) ensejaram a elaboração do *programa de ensino de português* de Fausto Barreto (1852 - 1908), também de inspiração histórico-comparativa. Esse programa, seguido pelas gramáticas publicadas a partir de 1887<sup>4</sup>, previa, explicitamente, o exame de ‘brasileirismos’ e de fenômenos como a ‘dialetação’ da língua portuguesa, ao lado do exame de ‘vícios’ de linguagem. Assim, os gramáticos, por um lado, se viram compelidos a tratar do que ocorria com a língua portuguesa no Brasil a sua época; por outro lado, adotaram o viés oferecido na organização do programa oficial: o de localização das especificidades do PB às margens do corpo principal das gramáticas, em seções quase sempre destinadas à correção da fala considerada vulgar, familiar, arcaica, errada<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Por vezes, à risca, como em Pacheco & Lameira (1887).

<sup>5</sup> Em Coelho, Danna & Polachini (2014), argumenta-se que as distinções lexicais foram bem acolhidas nas gramáticas, assim como algumas das distinções fonéticas (velocidade da fala, grau de abertura de vogais). As especificidades brasileiras de natureza sintática, com exceção da colocação pronominal, de caráter mais polêmico, foram, na maioria das vezes, julgadas negativamente, como erros, vícios.

Em vista desses aspectos, as gramáticas selecionadas apresentam uma quantidade expressiva de novos dados da língua, convertendo-se em fontes relevantes não apenas para o estudo da história da gramática, mas também para o estudo da história do português do Brasil. Parecem, no entanto, apresentar a seguinte dubiedade: uma retórica francamente favorável à incorporação de pressupostos da orientação histórico-comparativa aos compêndios gramaticais e uma forma de tratamento efetivo de dados ainda distante das intenções declaradas. Organizamos a análise de forma a explicitar essa ambiguidade tantas vezes encontrada em tradições marcadas pela *recepção* de modelos (teóricos e metodológicos) exógenos, como tem sido a maior parte das tradições de estudos linguísticos brasileiras.

## 1. Opções metodológicas

Neste estudo, optamos por analisar as seguintes obras publicadas do último quartel do século XIX:

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*, 1881;

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza: 3º anno*, 1889[1887];

PACHECO DA SILVA JR., M. da & LAMEIRA DE ANDRADE. *Noções de grammatica portugueza*, 1887;

CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Serões Grammaticaes*. Nova Grammatica Portugueza, 1890;

MACIEL, M. A. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*, 1902[1894].

Circunscrevemos a análise aos domínios sintático e morfossintático, levando em conta que o nível sintático se apresentou, em estudo anterior, como aquele em que se registraram mais fenômenos<sup>6</sup> caracterizados como do PB e que os dados classificados pelos autores como morfológicos (ou lexiológicos) estão, nos textos, fortemente interligados à sintaxe da língua.

A observação do tratamento oferecido às especificidades sintáticas e morfológicas do PB pautou-se, essencialmente, nos seguintes parâmetros:

---

<sup>6</sup> Nela, diferenciamos ‘ocorrências’ (o número de exemplos citados) de ‘fenômenos’ (a questão linguística posta em destaque). Isso permitiu observar, por exemplo, que as eventualmente longas listagens de itens lexicais correspondiam a exemplos sobre fenômenos como polissemia e incorporação de itens de origem africana e indígena ao PB; na mesma direção, há muitos exemplos fonéticos, referentes a grau de abertura de vogais. No caso das questões sintáticas, o número de exemplos é mais restrito, mas a quantidade de ‘fenômenos’ identificados supera a de fenômenos lexicais e fonéticos.

1. *Nível retórico*: estatuto conferido ao PB e pressupostos gerais para a sua abordagem;
2. *Nível descritivo*: análise do tratamento dado a cada fenômeno, que considera:
  - a. abordagem estática ou histórica; isto é, que leva em conta ou não a comparação com outras línguas ou outras variedades do português;
  - b. descritiva ou prescritiva;
  - c. localização do fenômeno em estrato sociolinguístico específico ou no PB como um todo;
  - d. natureza das fontes de dados (literatura, repertório popular, mídia (jornais), outros estudos linguísticos, exemplos aparentemente formulados pelos próprios autores.

Em benefício do espaço, selecionamos um conjunto de fenômenos morfológicos e sintáticos para exame pormenorizado. Trata-se, assim, de exemplos de temas e tratamentos. Outros fenômenos de relevância estão elencados no mapeamento feito em Coelho, Danna & Polachini (2014). Nesta incursão, examinamos: a) colocação pronominal; b) estabelecimento de *você* como pronome pessoal; c) cruzamento nos usos dos pronomes; d) uso de *a gente*, como forma de indeterminação; e) uso de *ter* em construções existenciais; f) divergência nos usos das preposições; g) uso de relativas cortadoras/copiadoras.

No exame do tratamento oferecido pelos autores aos fenômenos, mencionamos apenas as obras que os exploraram; assim, a falta de menção, em nossas considerações, a algum dos textos selecionados para este estudo significa que o tema não foi nele tratado.

## **2. Análise do nível retórico: estatuto do PB e outros pressupostos para a sua abordagem**

Como já antecipado, o tratamento das especificidades do PB tem lugar periférico nos textos: mesmo na gramática de Ribeiro (1881), que é anterior ao *Programa*, o PB aparece em observações complementares às explicações centrais. A produção posterior a 1887, alinhada às temáticas e estrutura constantes do *Programa* de Barreto, ao lado dessas observações complementares ao tratamento da ‘língua portuguesa’, ganha seções específicas, dedicadas aos ‘dialetos’ da língua portuguesa (entre os quais está o ‘dialeto brasileiro’), aos ‘brasileirismos’, ‘provincianismos’, ‘arcaísmos’, ‘vícios’ – itens pelos quais também se espalham notas acerca do português falado no Brasil.

Em Ribeiro (1881), não há uma seção voltada para a caracterização do ‘dialeto brasileiro’, como aparece em outras gramáticas aqui examinadas. No entanto, o autor usa essa expressão. Boa parte daquilo que identifica como usos brasileiros está relacionada aos primeiros estágios da língua em Portugal, ao latim, a outras línguas românicas. A visão geral parece ser a de que a língua é a mesma no Brasil e em Portugal, mas o ‘povo’, o ‘vulgo’, os ‘caipiras de S. Paulo’, os ‘sorocabanos’ do interior de São Paulo, conservam usos tradicionais (e tidos como incorretos). O que ocorre de divergente no Português do Brasil é, assim, preferencialmente encarado como conservação de traços arcaizantes em comunidades mais isoladas, sendo poucos os apontamentos que remetem à ‘evolução’, inovação da língua.

Em Pacheco & Lameira (1887), texto que se apressa em conformar-se às orientações do *Programa*, há seções específicas para o tema, nas quais é defendida, explicitamente, a ideia de que as alterações ou divergências do PB em relação ao PE são pequenas e, em geral, reservadas à linguagem ‘familiar’, do ‘povo’, do ‘vulgo’ (como o declara explicitamente o trecho “*já dissemos – é o povo que representa as forças livres e espontâneas da humanidade*”, p. 522). As mudanças são vistas como naturais, espontâneas (tanto que a língua também se diferencia dentro do Brasil, de uma província ou de uma região a outra), e ditadas por condições externas, como os contatos entre povos, a separação geográfica, o clima. Seriam formas de reação ao espontâneo e natural a instrução escolar, gramáticas bem elaboradas e a literatura. Quanto à literatura, os autores também defendem usos literários inovadores, como os de José de Alencar, em benefício do ajuste ao tema da obra literária e à própria época em que ela surge. Os ‘brasileirismos’ do autor teriam garantido que *Iracema*, por exemplo, não tivesse a “*feição pesada e grossa*” dos clássicos. Para Pacheco & Lameira (1887):

“As pequenas modificações synthaxicas (que outras não são) com que variamos e originalizamos a língua de nossos maiores, tem em seu favor, além das causas naturaes, que a ciência descobre e aponta, a vantagem de uma suavidade maior em vários sentidos”. (p. 537)

Em João Ribeiro (1889[1887]), o ‘dialeto brasileiro’ é elencado, sob inspiração do português Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), como um dos cinco resultantes do processo de dialetação da língua portuguesa ao ser implantada em diferentes espaços geográficos, étnicos e culturais. Como em outras gramáticas alinhadas ao *Programa*, há uma breve apresentação de cada um desses

cinco dialetos, na qual se mencionam as regiões em que são falados e seu status nessas localidades. João Ribeiro, neste texto, não toma o brasileiro como um dialeto propriamente dito<sup>7</sup>, mas como uma ‘linguagem’ fortemente distinguida na prosódia, na sintaxe e no vocabulário<sup>8</sup> da original. Também, nesta obra, a mudança linguística ‘natural’ que há em todas as línguas é promovida e também refreada por fatores ‘elementares’ externos (étnicos, geográficos, climáticos):

“A dialectação que soffreu a lingua portugueza no Brazil foi devida a um grande numero de factores elementares. As novas necessidades da vida colonial, as condições climatericas e topographicas, as relações constantes com os povos originarios indios e com os africanos, que desde cedo foram introduzidos no paiz, deram em resultado uma alteração muito notavel na língua. A estes factores juntem-se outros esporadicos, como o povoamento das fronteiras por povos castelhanos, a disseminação dos ciganos expulsos de Portugal, e ter-se-ha o esboço bem claro de todas as influencias que poderia soffrer qualquer língua.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 310)

No que se refere ao tratamento de especificidades do português no Brasil, João Ribeiro é um dos autores que mais insistem na perspectiva histórica das descrições, recorrendo quase sempre aos estágios de formação do português na Europa, ao latim e a comparações com línguas românicas. Em outras gramáticas, o procedimento é mais usual quando se trata da ‘língua portuguesa’ como um todo. Este gramático parece, também, o mais convencido da relevância, para o destino da língua no país, das distinções já então observáveis entre o PB e o PE.

Em Carneiro Ribeiro (1890), a visão sobre a língua explicitamente posta é equivalente à Ribeiro (1881) e Pacheco & Lameira (1887), isto é, o português é caracterizado como uno no Brasil e em Portugal, mas haveria, no Brasil, modos de dizer específicos ao ‘idioma’ luso-brasileiro. Uma língua, na visão do autor, teria alguns idiomas, minimamente diferenciados entre si. O que é muito peculiar, e contrário aos usos legitimados por bons escritores ao longo da história, deve ser corrigido. Entre os ‘brasileirismos’ sintáticos, destaca a

<sup>7</sup> Ao que parece, o autor adota o termo ‘dialecto’ para se referir ao PB porque assim aparece no *Programa* de Barreto.

<sup>8</sup> “O dialecto brasileiro – o impropriamente chamado dialecto é constituido pela linguagem portugueza falada no Brazil. Distingue-se por diferenças notaveis de prosodia e de syntaxe, por um vocabulario novo de termos tupis-guaranis e africanos. A reacção litteraria de dous seculos nunca pôde obstar nem diminuir a dialectação do portuguez do Brazil.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 306).



colocação pronominal, feita “*de modo contrário á ordem que sempre lhes deram os bons escriptores*” (p. 353). Há uma defesa *retórica* dos ‘idiotismos’ como legítimas particularidades de um ‘idioma’, que o adornam e engraçam, traduzindo o que têm de “*próprio, de ingênuo, de nativo e original*” (p. 350). Contudo, a postura geral é também de crítica e correção a essas formas, já que cabe à gramática descritiva ou expositiva ‘ensinar a escrever e falar corretamente’, segundo modelos oferecidos pelos bons escritores através dos séculos.

### **3. Nível descritivo**

#### **3.1. A colocação pronominal**

O tema das especificidades brasileiras na colocação pronominal é explorado, em Ribeiro (1881), sob uma perspectiva sincrônica, em comparação com os usos do PE, tomados estes como modelos de correção. Os usos são compreendidos como generalizados no Brasil e os exemplos parecem ter sido elaborados pelo próprio autor. Veja-se o seguinte trecho:

“Nas sentenças interrogativas pospõe-se o pronome sujeito ao verbo, ex. : << *Queres TU vir almoçar comigo?* >>. Cumpre notar que, principalmente no Brazil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta cargo sómente da inflexão da voz, ex. : << *TU queres vir almoçar comigo?* >>.” (RIBEIRO, 1881, p. 221)

Em Pacheco & Lameira (1887), consideram-se as perspectivas sincrônica e diacrônica do fenômeno; prescrevem-se usos considerados mais adequados e comparam-se os usos brasileiros aos do italiano e do espanhol. Os autores também entendem que esses usos estão generalizados no PB do período. Os exemplos citados parecem, também aqui, terem sido criados pelos próprios autores. Veja-se um fragmento do texto:

“7. Não se deve começar uma oração pelo pronome em relação objectiva (me parece, te disse, lhe fallei). O povo (no Brazil), conserva-se, porem afferrado ás fórmulas proclíticas, que ainda são correntes no hesp. e no ital.[...], e eram dos primeiros documentos da lingua portugua [sic], que moldou-as pela syntaxe latina. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 493)

Em João Ribeiro (1889[1887]), a próclise de pronomes-complementos é elencada como um dos principais e generalizados ‘brasileirismos’; o autor a encara inapropriada, e ela é mencionada de forma isolada (sem comparação explícita com dados de outras línguas ou de outras variedades do português), embora esteja aí pressuposta a comparação com o uso padrão lusitano. Os dados também não apresentam a indicação de fonte, sendo, pois, possivelmente elaborados pelo próprio autor. Veja o trecho: “[Brasileirismo] 4. A anteposição indebita de pronomes-complementos. *Me disse (disse-me). Te chamou (chamou-te)*” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 308).

Em Carneiro Ribeiro (1890), a questão é tratada em perspectiva sincrônica e de modo prescritivo; não é feita comparação explícita com outra variedade ou com outras línguas, os usos levantados são também tomados como gerais e, mais uma vez, não há identificação de fonte de dados.

“Na syntaxe, notam-se também brasileirismos, entre os quaes predominam as construcções em que são dispostos os pronomes complemento de modo contrario á ordem que sempre lhe deram os bons escriptores. Assim não é difficil encontrar as phrases seguintes: *o homem cuja casa incendiou-se [...], quando ele encontrar-se comigo, eu lh’o direi*, em vez de *quando ele se encontrar comigo, se eles fizerem-se* em vez de *se eles se fizerem*; *não far-lhes-hei injustiça*, em vez de *não lhes farei injustiça*; *ali come-se e bebe-se muito*, em vez de *se come e se bebe muito*, *nenhum homem vi-o em tantas difficuldades como aquelle ministro*, em vez de *nenhum homem o viu em tantas difficuldades*, etc.; *sempre estimei-o e respeitei-o*, em vez de *sempre o estimei e respeitei*. *Nunca vi-o tão alegre, em vez de Nunca o vi tão alegre.*” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 353-354).

### 3.2. O estabelecimento de *você* como pronome pessoal

Apenas em Pacheco & Lameira (1887) *você* é compreendido como pronome pessoal. Esta forma, por sua vez, é elencada ainda como pronome de tratamento em Carneiro Ribeiro (1890).

Em Pacheco & Lameira (1887), analisa-se o pronome levando em conta aspectos sincrônicos (seu lugar no sistema pronominal quando comparado a *vós*) e diacrônicos (origem e transformações fonéticas que redundaram na forma *você*); a perspectiva é descritiva (não se valoriza, negativa ou positivamente o uso) e os autores entendem que *você* é forma quase categórica na linguagem

popular brasileira. Pacheco & Lameira mencionam outras formas e tecem comparações do PB com o PE e o espanhol. Vejam-se trechos:

- i. “A palavra *você* desterrou quasi que completamente da linguagem popular o pronome *vós*, conservando todavia suas prerrogativas de reverencia, ceremonial (3<sup>a</sup>. pessoa), e é hoje um verdadeiro pronome.” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 92-93)
- ii. “[Em nota de rodapé da página 92]: *Vós* ainda é empregado em alguns pontos de Portugal e Brazil na linguagem familiar.” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 92 [nota de rodapé])
- iii. “Também são de notar as mudanças phonicas; assim é que no Pará diz-se *Labisonhos* p. *lobis-homem*: geralmente, em todo Brasil a gente illetrada diz *Vosmecê* p. *Vossa merçê* [...]” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 520)
- iv. “Você é contração de *vosmecê*, f. já contracta de *Vossa Mercê*, como no hesp. *Usencia*, de *Vuestra reverencia*, *useñoria*, e *usia* de *vuestra senhoria*, *vosencia* de *V. Ex.*, também já introduzida hoje em Portugal.[...]” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 445)

### 3.3. Cruzamento nos usos dos pronomes pessoais

Em Júlio Ribeiro (1881), tanto o emprego de pronomes-complementos como sujeito quanto o de pronomes-sujeitos como objeto é fortemente criticado, em uma análise que se baseia em uma abordagem sincrônica, prescritiva e que localiza tais usos entre diferentes grupos de falantes.

- i. “Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas << *Eu vi ELLE—Espere EU* >>.” (RIBEIRO, 1881, p. 230)
- ii. “Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex. “*Esta laranja é para EU comer*”. No Brasil pecca-se contra este preceito dizendo-se “*para MIM comer*”, etc. (RIBEIRO, 1881, p. 228)

Em observação acerca de construções consideradas impessoais, o autor localiza o uso entre falantes de um grupo mais conservador e ‘rude’, realizando comparação com o PE e o francês:

“Os caipiras fieis aos usos arcaicos da lingua, como sóe sel-o a gente do povo, exprimem-se de modo analogo ao dos francezes: poem claro

um pronome que representa o sujeito neutro e impessoal dos verbos impessoais. Dizem: “*ELLE chove muito lá – ELLE hai ainda algumas frutas – ELLE corre por ahí que o rei vem vindo* (1).

(1) Parece ser também este o uso corrente em Portugal [...] E só assim explica-se a existência de tal uso no falar da gente rude brasileira: é um legado dos colonizadores.” (RIBEIRO, 1881, p. 230)

Pacheco & Lameira (1887) valem-se de abordagem sincrônica e prescritiva, tomam o fenômeno como generalizado no Brasil e comparam-no com o que ocorre em Portugal. Além disso, ressaltamos, mais uma vez, que os dados parecem ter sido elaborados pelos próprios gramáticos.

- i. “Não é para admirar esses enganos nos documentos e clássicos antigos, quando ainda hoje ouvimos frequentemente destemperos de tal marca – *eu vi elle, chamei-o tolo, fallo consigo* p. convosco, etc.” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 208)
- ii. “O emprego de consigo, a si, por conosco, a vós (*fallo consigo, refiro-me a si*) é destempero de ignorância que modernamente nos foi importado de Portugal”. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 446)

Em João Ribeiro (1889[1887]), a abordagem do fenômeno é sincrônica, prescritiva e feita sem comparação explícita com outras línguas ou variedades; o uso é categorizado como variante diatópica: produtivo em certas regiões do Brasil. Os dados, também nesse caso, parecem ter sido elaborados pelo autor. Vejam-se fragmentos da obra:

- i. “Existem os provincianismos do Rio, S. Paulo, Minas: *para mim vêr*, etc.” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 307)
- ii. “Os brasileirismos syntacticos consistem em construcções divergentes do cunho vernaculo.  
 Taes são:  
 1. O emprego do pronome *lhe*, como objectivo:  
*Amo-lhe* (Norte) = *Amo-o*.  
 2. O emprego do pronome *elle*, como objectivo:  
*Vi elle*. = *Vi-o*.  
 [... ]

5. A regência *para mim, para ti*, antes de infinitivo:  
*Para mim vêr* (Sul) = *Para eu vêr*. [...]” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 308-309)

Maciel utiliza a mesma listagem de usos brasileiros para se referir, descriptivamente, ao fenômeno, identificado como típico da linguagem familiar: “O *brazileiro* que se fala no Brasil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, próprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: [...] *para mim* ver, *vi elle* entrar [...]” (MACIEL, 1902[1894], p. 325).

### 3.4. O uso de *a gente/gente* como forma de indeterminação

Os autores registram, como arcaísmo, o uso de *a gente/gente* em construções com sujeito indeterminado. Em Júlio Ribeiro (1881), o tema é tratado com recorrência a dados e comentários do português Teófilo Braga (1843-1924), que põem em comparação o português dos séculos XV e XVI, o português popular em Portugal e o ‘dialeto brasileiro’:

“*Observação n. 2.)* Sobre o uso de *homem* como pronome diz o sr. Theophilo Braga : < No Portuguez do seculo XV e XVI, e ainda hoje na linguagem popular, encontra-se o substantivo *homem* usado como pronome indefinido. [...] O substantivo *gente* tambem se emprega neste sentido, sobre tudo no dialecto brasileiro: < *Quando a GENTE está com GENTE... GENTE me deixe...* > (1: *Obra citada*, pag. 64.)” (RIBEIRO, 1881, p. 61)

Em Pacheco & Lameira (1887) e em Ribeiro (1889[1887]), a abordagem é plenamente equivalente à de Ribeiro (1881), conforme podemos verificar nos fragmentos abaixo:

- i. “Nos Secs. XV e XVI empregava-se tambem o substantivo *homem* como pronome indefinido, nos mesmos casos em que hoje empregamos *se* [...] Este uso ainda é vulgar em Portugal (*anda homem a trote para ganhar capote*); no Brazil dá-se preferencia á palavra *gente* (*a gente não sabe que há de fazer*)”. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 373)
- ii. “Outros definidos são *homem* ou *um* a que já nos referimos: Leixar *homem* liberdade. E o brasileiroismo *gente*, usado no mesmo sentido: Deixar *a gente* de viver.” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 190).

### 3.5. O uso de *ter* em construções existenciais

É observada, na maioria dos textos, a preferência brasileira, sobretudo na linguagem popular (entre o ‘povo’, o ‘vulgo’, ‘no tracto familiar’) pelo uso de *ter* em construções existenciais. Subentende-se que seja uso menos prestigiado em função da localização nesses estratos sociolinguísticos, mas apenas em Carneiro Ribeiro (1890) o uso é explicitamente condenado. Novamente os dados parecem ser da lavra dos próprios autores. Vejam-se exemplos:

- i. “Substituem também *ter* a *haver*, e dizem : << TEM muita gente na igreja—Agora TEM muito peixe no tanque >>. Este uso vai-se tornando geral no Brazil, até mesmo entre as pessoas ilustradas”. (RIBEIRO, 1881, p. 257)
- ii. “Nota-se anomalia syntactica na construção do verbo *haver*, a qual de ordinario se faz com um sujeito elliptico: *ha homens; houve discursos*. E é que se vae dando entre o povo, com o verbo *ter*. É um phenomeno analogo ao das linguas que só têm uma expressão para os verbos *ser* e *estar*. (Ribeiro, 1889 [1887], p. 304)
- iii. “O vulgo vae identificando a syntaxe do verbo *ter* com a do verbo *haver* neste sentido, dizendo erradamente: *Na quinta de Carlos tem muitas fructas*, em lugar de *ha muitas fructas*, *na cidade tem muito lindos arrabaldes*, em lugar de *ha muito lindos arrabaldes*.\*” (Carneiro Ribeiro, 1890, p. 352)
- iv. “O *brazileiro* que se fala no Brazil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, proprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: [...] *tem* missa hoje.”. (MACIEL, 1902[1894], p. 325)

### 3.6. O uso de relativa copiadora

Em exemplificação despreziosa, na qual estão elencados outros usos típicos do ‘*brazileiro*’, Maximino Maciel (1902[1894]) menciona a construção “a pessoa *que* eu falei *com ella*” sem dar a ela qualquer destaque ou explicação pormenorizada. Esse tipo de construção relativa parece ter sido identificado apenas por este autor no período e é tratado em perspectiva sincrônica, descritiva; como nos outros casos, o autor localiza esse uso na variedade denominada familiar, sem fazer comparação explícita com usos típicos de outras variedades. Novamente, não há identificação da fonte do dado. Veja-se o fragmento:

“O *brazileiro* que se fala no Brazil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, próprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: [...] a pessoa *que* eu falei *com ella* [...]”. (MACIEL, 1902[1894], p. 325)

### 3.7. Divergência nos usos das preposições

Em Ribeiro (1881), apontam-se usos característicos dos ‘caipiras’ de preposições; a abordagem é sincrônica, descritiva e aproxima os dados (arcaizantes) do espanhol e do contexto românico geral. Ademais, os exemplos parecem ter sido elaborados pelo próprio gramático:

“A preposição *a* liga-se por vezes ao nome que rege, de modo que fôrma com elle um todo susceptível de ser regido por outra preposição, ex. : << *Vou de a pé—Andamos de a cavallo* >>. Estas locuções usadissimas entre nós pelos *caipiras* constituem um romanicismo extreme, que tambem se encontra no Hespanhol [...]”. (RIBEIRO, 1881, p. 263)

Em Pacheco & Lameira (1887), o tema é tratado sincronicamente, em abordagem prescritiva, que o toma como fenômeno da ‘linguagem vulgar’. Há comparação com dados do PE e os exemplos, novamente, parecem ter sido elaborados pelos autores: “Diferenças syntaxicas importantes [entre o PB e o PE] são raras, e apenas na linguagem vulgar: *fui na casa, estava na janella* [...]”. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 511)

Em Ribeiro 1889[1887], o tema é tratado em abordagem sincrônica e prescritiva. Considera-se o fenômeno como generalizado no PB e não há comparação. Os exemplos, semelhantes aos de outros gramáticos, parecem criados pelo autor.

- i. “5. A preferência por construcções: *Estou com fome. Estou com sede. Estou com febre.* Em vez de outras, de melhor uso vernáculo: *Tenho fome. Tenho sede. Tenho febre.* 6. O emprego da preposição *em* por *a*: *Chegou na janella. = Chegou à janella. Vá na loja. = Vá à loja. [...]*” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 308-309)
- ii. “7. O emprego da preposição *em* por *a*: *Chegou na janella. = Chegou á janella. Vá na loja. = Vá á loja.*” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 309)

Em Maciel (1902[1894]), o tratamento do tema insere-se no mesmo fragmento de abordagem sincrônica e descritiva que situa os usos brasileiros no domínio da linguagem ‘familiar’. O exemplo, que, como nos outros autores, menciona o sintagma “*na janela*”, parece elaborado pelo autor: “O *brasileiro* que se fala no Brasil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, próprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: estar *na janela* [...]”. (MACIEL, 1902[1894], p. 325)

Em síntese, conforme pudemos observar pelo levantamento e pela análise de trechos em que há considerações sobre os usos identificados como ‘brasileirismos’, as cinco gramáticas tratam estes dados do PB (ao que parece, dados oferecidos pelos próprios autores), em sua grande maioria, sob uma perspectiva sincrônica. A afiliação retórica a pressupostos da gramática histórico-comparativa não implica privilégio nem da história, nem da comparação, embora esta última se mostre um pouco mais produtiva no tratamento dos fenômenos considerados. Neste último caso, o PB é comparado ao PE ou a línguas neolatinas – historicamente próximas – tais como o italiano, francês e espanhol.

Além disso, verificamos que, em geral, os autores assumem um posicionamento prescritivo, rotulando os dados do PB como arcaicos, vulgares, errôneos ou impróprios. Os fenômenos são entendidos, algumas vezes, como gerais, isto é, válidos para todo o território brasileiro e, em alguns outros casos, como característicos da população rural, não escolarizada ou próprios das interações informais.

## Considerações finais

Nos textos analisados, vemos indícios de que a questão dos pronomes ganhou algum destaque nos tratamentos dados aos fenômenos do PB: tanto a colocação pronominal quanto o emprego das formas retas e oblíquas, assim como o uso de *a gente* como forma de indeterminação do sujeito são objeto da atenção dos gramáticos, que adotam majoritariamente postura prescritiva ao tratar dessas questões. Do ponto de vista da história da língua, de fato, o sistema pronominal parecia dar claros sinais de desestabilização naquele momento, a ponto de se converter no principal objeto de atenção ao se pensar nos falares (populares, rudes) brasileiros.

Ao contrário da *retórica* de maior apelo à história e à comparação no tratamento dos fatos linguísticos ‘positivos’, a postura em relação ao tratamento efetivo dos chamados ‘brasileirismos’ é preponderantemente estática e isolada



(para poucos casos se buscam as raízes históricas ou o cotejo com dados de outras línguas).

Alguns dos autores demonstram preocupação em demarcar regiões ou grupos sociais em que seriam mais comuns certos usos – o que se alinha a ideias acerca de influência climático-geográficas e/ou étnicas que circulam entre intelectuais dessa época. A referência ao povo, à plebe, aos caipiras, a províncias específicas, no cotejo com os pressupostos gerais histórico-comparativos que animam as obras, fortalece a ideia de que tais falares são isolados e, por isso, mais conservadores do que aqueles vigentes na comunidade brasileira mais geral, que, pela instrução, teria superado (estaria superando?) esses estágios mais rudimentares. Parece estar aí o fundamento para a tentativa de padronização do ensino de língua, que tem como um de seus índices a ampla difusão e adoção do *Programa* de Fausto Barreto e, claro, a produção massiva de gramáticas escolares: seria preciso lapidar o padrão geral de fala e escrita na jovem nação.

O discurso de naturalidade e inevitabilidade da mudança e da variação (condicionadas por fatores extralinguísticos), assim, por vezes, convive com a atitude de corrigir os ‘maus’ e difundir os ‘bons’ usos (aqueles consagrados pela tradição literária). Esse é, de fato, um paradoxo mais ou menos recorrente na história da gramática no Brasil, talvez vinculado ao caráter instrutivo-pedagógico assumido historicamente por esses textos. Parece escapar um pouco dessa tendência e acolher análises mais coerentes com os pressupostos ‘científicos’ gerais, defendidos no nível *retórico*, a gramática de Maciel, que, além de atenta a processos não mencionados em outros textos do período (regularização de formas do subjuntivo – “eu *estudava*, si *podesse*”), relativas copadoras (“*a pessoa que eu falei com ella*”), adota perspectiva descritiva, encarando esses processos como naturais no desenvolvimento histórico da língua. João Ribeiro, por sua vez, já ensaia, nessa que é a terceira edição de sua gramática, a defesa da ideia de que as mudanças pelas quais a língua passa no Brasil não são desprezíveis. Na bibliografia que cita em sua gramática, teve a preocupação de inserir aspectos de estudos brasileiros então recentíssimos, como os explorados por Macedo Soares, em estudos sobre o léxico local. Também menciona diálogos com Capistrano de Abreu com intuito de tratar do mesmo tema. Essa atenção a estudos linguísticos contemporâneos descolados do contexto da instrução escolar e de preocupações com a difusão da linguagem areja as reflexões do autor sobre os chamados ‘brasileirismos’.

Como vimos, os dados do PB são, preferencialmente, providos pelos próprios autores. Tais usos são atribuídos, em geral, a falantes iletrados. Sendo

assim, não há, evidentemente, como atestá-los na literatura, em ‘bons’ escritores, à diferença do que muitas vezes ocorre quando os mesmos gramáticos lidam com fatos ‘da língua portuguesa’. No tratamento dos chamados ‘brasileirismos’, a única referência à modalidade escrita e, no caso, também literária, é uma feita a José de Alencar, em Pacheco & Lameira, gramáticos que defendem a renovação da linguagem na literatura para conferir maior veracidade, vivacidade e leveza aos temas que o exigirem.

Ao lado dessas questões de interesse para a Historiografia Linguística e a Gramatografia do português, o exame dos dados (sua natureza e suas formas de tratamento gramatical) parece explicitar que as gramáticas do português publicadas no século XIX no Brasil, em especial em seu último quartel, são fontes importantes para o mapeamento de variações (diatópicas, diastráticas e também diafásicas) e para a eventual confirmação de estágios no desenvolvimento da língua. Em outras palavras, parece-nos que estes são materiais que podem ser mais revisitados também pela Linguística Histórica interessada na formação e desenvolvimento do PB.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA NOGUEIRA, Batista Caetano de. *Rascunhos sobre a grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. de Antonio dos Santos, 1881.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009[1992].
- ALTMAN, C. *A pesquisa linguística do Brasil (1968-1988)*. 2a. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- ALTMAN, C.; COELHO, O. (coord). *Documenta, grammaticae et historiae: projeto de documentação linguística e historiográfica (séculos XVI –XIX)*. São Paulo: CEDOCH-DL-USP, 2006 – 2010.
- ALTMAN, C. et. al. Mapeamento historiográfico da produção linguística nos 25 anos do GEL. *Estudos Linguísticos*, São Paulo: v. 1, n. 1, p. 50-57, 1995.
- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo. *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos d’este idioma*. Lisboa: S.T. Ferreira, 1783.
- BARROS, João de. *Grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Olyssiponne. Apud Ludouicum Totorigiu Typographum, 1540.
- BOSCOLI, José Ventura. *Grammatica portugueza. (correctida e aumentada)*. [s.l.], 1899.

- BRAGA, Theóphilo. *Gramática portugueza elementar*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva, 1876.
- CALDAS AULETE, Francisco Julio. *Grammatica nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.
- CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Gramática portugueza philosophica*. Bahia: Catilina, 1877.
- CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Serões Gramaticais*. Bahia: Livraria Catilina, 1890.
- COELHO, Francisco Adolfo. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos, 1891.
- COELHO, Olga (coord.). *Documenta grammaticae et historiae: (Português): a formação de uma tradição gramatical brasileira*. São Paulo, CEDOCH-DL-USP, 2010-2014.
- COELHO, Olga; DANNA, Stela M. D. G.; POLACHINI, Bruna S. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. *Revista Confluência*. Rio de Janeiro: Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, N.43, V.46., 2014, p. 115 – 141.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Grammatica analytica da lingua portugueza, offerecida a mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris: Officina Typographica de Casimiro, 1831.
- CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio da grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense*. Porto Alegre: Typographia de V. F. de Andrade, 1835.
- CORUJA, Antonio A. P. Collecção de Vocabulos e Frases usados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista do IHGB*, 1852, Tomo XV, p. 205-238.
- CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio da grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense. Nova Edição Ampliada e Mais Correcta*. Rio de Janeiro: Esperança, 1873.
- COUTO E MELO, João Crisóstomo do. *Grammatica Philosophica da lingua-gem portugueza*. Lisboa: Impressão Régia, 1818.
- DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio de Grammatica philosophica da lingua portugueza, escolhido pela congregação do Lyceu do Maranhão para uso do mesmo Lyceu e das aulas de primeiras letras da provincia*. Maranhão: Typographia de J-C Marques da Cunha Torres, 1829.
- FREIRE, Francisco José (Cândido Lusitano). *Reflexões sobre a lingua portugueza*. Typ. Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842.

- FREIRE DA SILVA, Augusto. *Rudimentos da grammatica portuguesa*. São Paulo: Jorge Seckler, 1875.
- GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 185-206.
- GOMES, Alfredo. *Grammatica Portueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- GRIVET, Charles Adrien Olivier. *Nova grammatica analytica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881 [1876].
- LAGE, José Gonçalves. *Novíssima grammatica portugueza*. Coimbra: Manoel de Almeida Cabral, 1882.
- LOBATO, Antonio José dos Reis. *Arte da grammatica da língua portugueza*. Lisboa: Typographia rollandiana, 1770.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica analytica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Typ. De Pazo & C., 1894.
- MACIEL, Maximino de Araújo. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 3ª edição augmentada com muitas notas e resumos synopticos. Rio de Janeiro e Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902[1894].
- MAIA, Zillah do Paço Mattoso. *Grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro, 1899.
- MORAIS SILVA, Antonio de. *Epítome da Grammatica Portueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1806.
- MORAIS SILVA, Antonio de. *Grammatica portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia de Silva Porto, e Comp., 1824.
- MURRAY, S. O. *Theory groups and the study of language in North America: a social history*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.
- OLIVEIRA, Fernão d'. *Grammatica da Lingoagem Portueza*. Lisboa: Casa de Germão Galharde, 1536.
- OLIVEIRA, Bento José de. *Nova grammatica portugueza. Compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso nas escholae*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.
- PACHECO DA SILVA JÚNIOR, Manuel e LAMEIRA DE ANDRADE. *Grammatica da Lingua Portueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes*. Rio de Janeiro: J. G. De Azevedo, 1887.

- POLACHINI, Bruna. S. *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras no século XIX: estudo historiográfico*. 2013. 219f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIBEIRO, Júlio César. *Grammatica Portugueza. São Paulo: Typographia de Jorge Secler. Roboredo, Amaro de. 1619. Método gramatical para todas as línguas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1881.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: 3º anno*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889[1887].
- SAID ALI, Manuel. *Difficuldades da Língua Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1919[1908; 2ª edição - revista pelo autor].
- SOARES BARBOSA, Jerônimo. *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typ. Da Acad. Real das Sciencias. S. L., 1822.
- SOTERO DOS REIS, Francisco. *Curso de Litteratura Brasileira – Tomo Primeiro*. Maranhão, 1866.
- SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida, 1866.
- SOTERO DOS REIS, Francisco Sotero dos. *Grammatica portugueza*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida, 1871.

Recebido em 29 de julho de 2015.

Aceito em 20 de setembro de 2015.